

2º Clichê

Figueiredo libera as áreas indígenas. E a Funai protesta

AGÊNCIA ESTADO

A Funai, através de seu presidente Nelson Marabuto e seus assessores, divulgou nota oficial de repúdio ao decreto do presidente Figueiredo, autorizando a exploração de minérios em terras indígenas.

A nota diz que a decisão foi tomada sob a "alegação de que pretensos interesses nacionais sobrepujam o direito de sobrevivência das minorias étnicas, legítimas detentoras de seu território".

A notícia da assinatura do decreto, ontem, no Rio, pegou de surpresa o presidente da Funai em Brasília e alguns de seus assessores já admitem a possibilidade de ele vir a renunciar pelos mesmos motivos que provocaram a saída de seu antecessor, Jurandy Fonseca: a mineração em terras indígenas.

É a seguinte a íntegra da nota oficial da Funai:

"A assinatura do novo decreto que autoriza a mineração em áreas indígenas retoma a iniciativa de exploração do patrimônio imemorial dos povos indígenas. Funai e índios foram surpreendidos com a burla da Constituição Federal, Estatuto do Índio e da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garantem o usufruto pleno e exclusivo das riquezas naturais em territórios indígenas. Sob alegação de que pretensos interesses nacionais sobrepujam o direito de sobrevivência das minorias étnicas, legítimas e detentoras de seus territórios, tal medida entrega estas áreas a interesses de grupos econômicos, que, muitas vezes, sequer atendem a determinações legais da própria política nacional de mineração até então vigente. A experiência de atividades mineradoras executadas por não índios em territórios indígenas tem demonstrado resultados nocivos à sua existência, tais como: transmissão de doenças infecto-contagiosas, desestruturação da organização sócio-cultural, introdução de práticas de alcoolismo e prostituição, destruição do ecossistema dos habitats, e até mesmo, extermínio físico em áreas onde os índios oferecem maior resistência à ação predatória de mineradores.

Com justificativa de promover a integração do índio à comunhão na-

cional, dentro de uma ótica extritamente desenvolvimentista, objetivos econômicos são atendidos sem, no entanto, a voz do índio ser ouvida. Agora a demarcação das terras indígenas relembra no sentido que entendemos de beneficiar empresas mineradoras em detrimento da autogestão dos interesses indígenas, no claro retrocesso dos espaços conquistados pela luta desses povos.

No momento em que a sociedade brasileira se volta para assumir a gerência de seu próprio destino, os índios e indigenistas são aliçados do processo de redemocratização do País, por um instrumento, que até mesmo extingue a eficácia de objetivos fundamentais da existência do órgão tutelar que sequer foi consultado. Por todas essas razões, a Funai vem a público manifestar sua discordância da medida ora decretada".

O DECRETO

O decreto que autoriza a exploração de jazidas minerais em terras indígenas foi proposto pelos ministros do Interior e das Minas e Energia. A determinação ainda deverá ser regulamentada antes de entrar em vigor, mas já se sabe que beneficiará apenas empresas estatais ou as que sejam dirigidas exclusivamente por brasileiros.

O decreto foi assinado ontem pela manhã na Casa de Saúde São José e anunciado minutos depois pelo ministro César Cals. Para ele, a nova legislação permitirá "a lavra e a pesquisa mineral em terras indígenas porque, na verdade, existe uma enorme quantidade de áreas deste tipo com minerais estratégicos ou relevantes para o desenvolvimento nacional".

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, disse ontem, no Rio, que a iniciativa "foi uma atitude correta do presidente da República, pois irá beneficiar, principalmente, as próprias tribos indígenas".

Os índios não gostaram e à tarde um grupo de 50 reuniu-se com o chefe de gabinete da Funai em busca de maiores informações e, em seguida, decidiu levar o seu protesto ao candidato da Aliança Democrática à Presidência, Tancredo Neves, que já prometeu estudar "seriamente" a revogação do decreto.